

Sexualidad, Salud y Sociedad

REVISTA LATINOAMERICANA

ISSN 1984-6487 / n. 39 / 2023 - e22312 / Carneiro, R. / www.sexualidadsaludysociedad.org

DOSSIÊ

—

A regulação da maternidade, os pactos de cuidado e as gerações em seus entre-tempos: notas etnográficas sobre mães e filhas a partir do contexto brasileiro (1970-2020)

Rosamaria Giatti Carneiro¹

> rosacarneiro@unb.br

ORCID: 0000-0002-1271-7645

¹ Instituição: Universidade de Brasília
Brasília, Brasil

Copyright © 2023 Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

<http://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2023.39.e22312.a.pt>

Resumo: Este artigo se dispõe a refletir sobre as regulações dos modos de maternar às quais mulheres de diferentes gerações de uma mesma família estiveram expostas nas últimas décadas no contexto brasileiro. Para isso, explora narrativas de mães e filhas; de forma a analisar o que contam sobre sua maternidade e sobre os discursos que as atravessaram em suas práticas. Parto da premissa de que a figura materna é moralizada através das ideias de gênero e de geração, que geram também desigualdades e resistências por parte daquelas que maternam. O material de campo foi produzido entre 2020 e 2022, por meio de entrevistas em profundidade com mulheres urbanas e de classe média, que na época tinham entre 60-70 anos e 30-40 anos e eram de diversas regiões do Brasil. Obras literárias recentes, mais especificamente romances e ficções escritos por mulheres e sobre conflitos entre mães e filhas, funcionarão como pano de fundo que integra e também nos ajuda a interpretar os achados da pesquisa de campo. Para, ao final, tomando essas relações entre mulheres, poderemos refletir sobre a atual conformação das ideias de geração, de *pactos* de cuidado e suas rupturas, bem como – por último – sobre de que formas as modulações da maternidade importam nesses processos.

Palavras-chaves: maternidade; gerações; pactos de cuidado; conflitos; regulação da maternidade

The regulation of motherhood, care agreements and generations in your times: ethnographic notes about mothers and daughters from the Brazilian context (1970-2020)

Abstract: This article aims to reflect on the regulations on the ways of mothering to which women from different generations of the same family have been exposed in recent decades in the Brazilian context. To do this, it explores narratives of mothers and daughters; in order to analyze what they say about their motherhood and the discourses that permeated their practices. I start from the premise that the maternal figure is moralized through ideas of gender and generation, which also generate inequalities and resistance on the part of those who mother. The field material was produced between 2020 and 2022, through in-depth interviews with urban and middle-class women, who at the time were between 60-70 years old and 30-40 years old and were from different regions of Brazil. Recent literary works, more specifically novels and fiction written by women and about conflicts between mothers and daughters, will function as a background that integrates and also helps us interpret the findings of the field research. So, in the end, taking these relationships between women, we can reflect on the current configuration of the idea of generation, of care pacts and their ruptures, as well as – finally – on how the modulations of motherhood matter in these processes.

Key-words: maternity; generations; care pacts; conflicts; maternity regulation

La regulación de la maternidad, pactos de cuidado y generaciones en sus entre-tiempos: notas etnográficas sobre madres y hijas de Brasil (1970-2020)

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las regulaciones sobre las formas de maternidad a las que han estado expuestas mujeres de diferentes generaciones de una misma familia en las últimas décadas en el contexto brasileño. Para ello, explora narrativas de madres e hijas; con el fin de analizar lo que dicen sobre su maternidad y los discursos que permearon sus prácticas. Parto de la premissa de que la figura materna se moraliza a través de ideas de género y generación, que también generan desigualdades y resistencias por parte de quienes madres. El material de campo fue producido entre 2020 y 2022, a través de entrevistas en profundidad a mujeres urbanas y de clase media, que en ese momento tenían entre 60-70 años y 30-40 años y eran de diferentes regiones de Brasil. Las obras literarias recientes, más específicamente las novelas y ficción escritas por mujeres y sobre conflictos

entre madres e hijas, funcionarán como un fondo que integra y también ayuda a interpretar los hallazgos de la investigación de campo. Entonces, al final, tomando estas relaciones entre mujeres, podemos reflexionar sobre la configuración actual de la idea de generación, de los pactos de cuidados y sus rupturas, así como –finalmente– sobre cómo las modulaciones de la maternidad importan en estos procesos. .

Palabras-claves: maternidad; generaciones; pactos de cuidado; conflictos; regulación de la maternidad

A regulação da maternidade, os pactos de cuidado e as gerações em seus entre-tempos: notas etnográficas sobre mães e filhas a partir do contexto brasileiro (1970-2020)

Introdução

Ela costumava ir à praça de chão de areia chamada Otinkpu, perto de onde vivia, para dizer às pessoas que seu filho estava na Emelika e que tinha outro filho que também vivia na terra dos brancos – não conseguia pronunciar a palavra Canadá. Depois de um desses passeios, certa noite, Nnu Ego se deitou à margem da estrada, convencida de que já havia chegado em casa. Morreu ali, discretamente, sem nenhum filho para segurar sua mão e nenhum amigo para conversar com ela. Nunca fizera muitos amigos, de tão ocupada que vivera acumulando as alegrias de ser mãe (Emecheta, 2018, p.316)

Nnu Ego é a protagonista da obra (um tanto autobiográfica) *Alegrias da Maternidade* (2018) da escritora nigeriana Buchi Emecheta. Em suas páginas tomamos contato com a trajetória de uma mulher que vive na Nigéria entre os anos de 1920 e 1940, um pouco no campo, onde imperam as tradições locais, e depois no litoral atravessado pela colonização britânica. Nnu Ego filha do rei de Ibuza e de uma mulher pouco convencional para a época e que não queria se casar, ao crescer sem a figura da mãe que já havia morrido, bem ao contrário, sonha em ser mãe e constituir família. Para assim, tornar-se uma “mulher completa”.

Em seu primeiro casamento não consegue engravidar e passa a ser vista como uma “mulher fracassada”, sobretudo, quando a segunda esposa de seu marido rapidamente engravida. Nnu Ego volta para a casa de seu pai, que desfaz seu casamento, a fim de salvar sua reputação. Pouco depois, casa a filha novamente. Dessa vez com um homem da tribo que vive em Lagos, na capital do país. Nnu Ego sofre com a ida para cidade e diferença de visões de mundo. Choca-se ao encontrar um marido com corpo flácido, responsável pela vida doméstica de uma família branca e que lava as calcinhas de sua patroa. No entanto, logo engravida de seu primeiro filho, o que a faz relevar as tristezas da cidade e de sua vida conjugal. O menino morre. Mas Nnu Ego engravida outras vezes e vive uma vida cheia de filhos e filhas.

Aceitava Nnaife como pai de seu filho, e o fato da criança ser um menino lhe dava um sentido de realização pela primeira vez na vida. Agora estava segura, enquanto dava banho no menininho e preparava a refeição do

marido, de que teria uma velhice feliz, de que quando morresse deixaria alguém atrás de si que se referiria a ela como ‘mãe’ (Emecheta, 2018, p.45, grifos meus).

Era verdade o que diziam, ela pensou, que se você não tem filhos, o desejo de tê-los acaba com você, e se tem, as preocupações acabam com você” (Emecheta, 2018, p. 293).

Nnaife perde o emprego e Nnu Ego passa a vender cigarros e outras mercadorias proibidas no cais da cidade para ajudar no sustento de sua casa. Ela assume para si também a manutenção financeira da casa, em uma atitude totalmente inesperada para os padrões de gênero de Ibuza. Ao longo do livro, Nnu Ego vê os filhos e as filhas partirem para se casarem e para trabalharem, luta por sua sobrevivência e é *inclusive* julgada publicamente ao sustentar que era ela quem pagava as contas da casa e, depois, ao proteger o seu marido do escracho social. Ela morre sozinha, sem a presença e o cuidado de nenhum de seus muitos filhos e tampouco de seu marido. Completamente sozinha, Nnu Ego é encontrada morta. Depois de ter vivido uma vida toda dedicada aos outros – aos filhos e à família –, às custas de muitos sacrifícios, *não recebe* o seu tão esperado cuidado na velhice.

Os homens nos fazem acreditar que precisamos desejar filhos ou morrer. (Emecheta, 2018, p. 257).

Foi por isso que quando perdi meu primeiro filho eu quis a morte, porque não fora capaz de corresponder ao modelo esperado de mim pelos homens de minha vida, meu pai e meu marido, e agora tenho que incluir também meus filhos. (Emecheta, 2018, p. 257)

Nnu Ego termina sua vida sozinha, ainda que tenha passado a vida achando que – ao ter filhos – teria um fim amparado. Em *As maravilhas*, de Elena Medel (2022), nos deparamos com Maria, Carmen e Alícia numa Espanha da segunda metade século XX. Mãe-avó; Filha-mãe e filha-neta vivem entre a ditadura franquista, anos de 1960, e as últimas ondas feministas (2018), entre cidades interiores e a capital Madrid. Pelas mãos da escritora, acompanhamos pelas páginas do romance a vida de mulheres que se negaram a cuidar, negaram a maternidade e colocaram em xeque a expectativa da reciprocidade entre elas, suas ascendentes e descendentes. Bem ao contrário de Nnu Ego, que permaneceu nas tramas e expectativas das relações de cuidado entre geração. Na obra de Medel, as protagonistas Maria e Alícia partiram, romperam com supostas linhas familiares de cuidado.

Maria, mãe de Carmen, chega a Madrid nos anos de 1960 para tentar a vida como empregada doméstica, tendo deixado sua filha para trás. Carmen fica com a avó e seu tio materno. Em 2008, quase 40 anos depois, Alícia – filha de Carmen

e neta de Maria – faz o mesmo trajeto. Deixa sua cidade de origem para viver em Madrid, depois de uma reviravolta econômica que a deixa sem chão, deixando dessa vez sua mãe para trás. Avó e neta repetem o mesmo deslocamento, assim como negam o cuidado para aqueles que esperam ou em tese deveriam ser por elas cuidados. A filha e a mãe Carmen veem suas expectativas de serem cuidadas – enquanto criança e depois ao envelhecer – frustradas. Aliás, Carmen é um personagem quase-fantasma, pois pouco aparece no romance, em que pese conectar ambas as protagonistas pelo parentesco, pela relação de filiação e pelo abandono geracional. Maria deixa sua filha – Carmen – e parte para capital, quatro décadas depois Alícia deixa Carmen – sua mãe – quando a mesma adoece e segue com sua vida também para Madrid.

As *maravilhas* tem como ponto narrativo central também o debate sobre dinheiro, sobre como a falta do dinheiro impulsionou essas mulheres a realizarem determinados movimentos em suas vidas, as afastou de suas famílias e afetou assim suas relações de parentesco. Ao mesmo tempo em que discorre sobre o lugar das mulheres ao longo dos tempos e das gerações na Espanha, explorando suas percepções sobre o corpo feminino que envelhece e as ideias de casamento operantes em cada uma das épocas abordadas.

O que uma obra literária tem de semelhante com a outra, em que pese se passarem na Espanha e na Nigéria e, dessa forma, versarem sobre culturas totalmente diferentes? O que pretendemos ao iniciar este artigo tomando romances de autoria feminina como ponto de partida? As duas obras exploram processos de regulações de gênero, de geração e de maternidade em seus processos de desconstrução, reconstrução e de rupturas. Nos colocam diante da quebra de supostos pactos geracionais, de expectativas frustradas de cuidado e de apostas na reciprocidade esperada tanto no começo como no fim da vida. Este artigo explorará justamente tais expectativas e modelos de pactos de cuidado entre gerações, tomando como foco de estudo as relações entre mães e filhas, ou seja, mulheres de uma mesma família, ao redor de suas maternidades e no contexto do Brasil atual. E isso porque interessa-me descrever as “moralidades maternas” (Meyer, 2005) como também fizeram tais romances e tantos outros em voga (Kincaid, 2020; Brum, 2011 e Angelou, 2016), em seus tempos-espacos e em seus entre-tempos, em seus processos de transformação ao longo da história, refletindo sobre o que interfere em sua constituição, mas também sobre o que acontece quando se dá a ruptura do pacto geracional esperado. Quando quem deveria cuidar, deixa de fazê-lo.

Para isso, essa proposta encontra-se organizada em quatro sessões: em um primeiro momento, discorre sobre a ideia de geração à luz de estudos clássicos e também atuais que indagam o referido marcador; para em seguida investir na recuperação de etnografias brasileiras que – assim como se vê na novela de Elena

Medel – trataram das relações de mulheres de diferentes gerações de uma mesma família, na interface de gênero, geração e maternidades. Para – ao final – refletir sobre o conceito de “pacto geracional”, seu lugar na teoria antropológica e as consequências de suas quebras e/ou rupturas; com o objetivo de explorarmos os conflitos e as ausências nas relações de cuidado e suas consequências para a vida em sociedade. O conflito neste texto será tomado a partir da ideia de “sociação” de Simmel (2011), ou seja, enquanto unidade criada a partir da discórdia, enquanto junção e indissociabilidade de suas partes enquanto eixos individuais. O conflito une e assim relaciona. É nessa aposta teórica que bebo para refletir sobre meus achados de campo e assim interpretar o vivido. Vale, por último, ressaltar que em que pese tomemos as práticas do maternar como práticas de cuidado, entendemos que as mesmas não se restringem às mulheres e tampouco podem ser compreendidas como sinônimos.

Uma antropologia das idades, da geração e do efeito geracional

Segundo Alda Brito da Motta (2010), a geração representa a posição e a atuação do indivíduo em seu grupo de idade e de socialização no tempo. Significa assim o fazer estrutural de uma dimensão de vida social que é tecida com afetividade e também relações de poder. Nesse sentido, o que mais importa quando pensamos em gerações é o vínculo que une as pessoas, quando há partilha do tempo e de experiências. Karl Mannheim (s. d. [1928]), um dos clássicos que inspira Alda Brito da Motta e tem sido bastante retomado em estudos brasileiros, sustentava que o marcador de geração era muito útil para entendermos a produção de experiências coletivas, mas também para o estudo de suas mudanças sociais. Nesse sentido, a geração é muito menos desenhada por um tempo fixo e muito mais dependente de uma “consciência geracional”. Ou seja, as pessoas, conforme suas linhas, precisam antes tomar para si a experiência ou o ex – per – si (passar por), já que somente assim se

Adquiere el registro de lo experimentado y la habla del lenguaje de las emociones. La historia se convierte en memoria colectiva y la memoria colectiva sostiene y potencia la memoria personal. (Feixa e Lecardi, 2011, p. 11)

Carles Feixa (1996), em *Antropologia de las edades*, nos recomenda não confundir a idade com os termos ciclo vital ou geração, pois o primeiro nos remete aos graus de idade pelos quais passa uma pessoa individualmente e o segundo a uma partilha de experiências sociais familiares ou grupais em determinados períodos

da vida social. Por isso, nos propõe a conjugação de duas perspectivas sobre uma *antropologia de las edades*: uma primeira que estuda como os ciclos vitais são desenhados em cada sociedade e tempos diferentes e uma segunda que estuda como os grupos de idade constroem culturalmente uma geração. Desde essa perspectiva Laura Kropf (2010) acrescenta que

... las generaciones pueden ser definidas como grupos de edad (cohortes de edad con conciencia de edad) en tanto articulaciones de agencia que se desplazan a través de grados de edad que son, a su vez, posiciones de sujeto hegemónicamente determinadas que constituyen arenas de disputa y resignificación con profundidad histórica. (Kropf, 2010, p. 181)

En tanto concepto, la generación se puede equiparar al grupo de edad. Las cohortes de edad que atraviesan grados de edad se constituyen en grupos de edad, o sea, en generaciones, cuando construyen conciencia colectiva en base a la edad, es decir, cuando adquieren “conciencia de edad” (Comaroff y Comaroff en Durham, op.cit.). Sin embargo, el debate conceptual permite también que se defina como generaciones a las cohortes genealógicas en los sistemas de parentesco. En su ambivalencia, este concepto permite explorar la confluencia entre los sistemas de parentesco y las estructuras y dinámicas etarias de la sociedad. (Kropf, 2010, p. 182).

Mannheim foi o responsável por nos apresentar uma alternativa teórica ao conceito de geração, até então tratado ou por um viés biologicista (Comte) ou então puramente historicista (Dilthey). Para ele,

[...] indivíduos que pertencem à mesma geração [...] estão ligados [...] a uma posição comum na dimensão histórica do processo social, [o que significaria uma predisposição para um certo modo característico de pensamento e experiência e um tipo característico de ação historicamente relevante. [...] o fenômeno social geração nada mais representa do que um tipo particular de identidade de situação de grupos de idade mergulhados num processo histórico social (Mannheim, s. d., p.135-137).

Em sua leitura, então, as gerações não se substituiriam, elas se sucederiam. Como pontua Wivian Weller (2010), em um debate bem mais recente sobre os usos atuais do conceito de geração, Mannheim nos apresentou, assim, uma proposta teórica e metodológica de análise das gerações que é na realidade “multidimensional”. Ele não descartou a importância da idade cronológica, mas ressaltou a importância da experiência histórica e coletiva. Por isso, trouxe conceitos como “unidade”, “posição” e “conexão geracional”, que colocam em questão a coesão ou a ideia de que haveria um grupo geracional completamente constituído.

Na antropologia de língua hispana é mais comum encontrarmos o termo *edad*, ainda que não se restrinja a sua dimensão cronológica, como bem nos mostram os trabalhos de Feixa (1996), Feixa e Lecardi (2011) e Kropf (2010). No Brasil, é mais comum o emprego do termo geração, muito na esteira mannheiminiana (Motta, 2010; Weller, 2010) Para além disso, existem estudos que se concentram nas relações entre as gerações e giram ao redor das ideias de intergeracionalidade, transgeracionalidade (Duarte, 2011) e multigeracionalidade (Motta, 2020). Nesses casos, interessa mais compreender como a noção de geração advém desse encontro, das relações entre as pessoas de idades e de tempos existenciais diferentes ou semelhantes. Por isso, nessa esteira, o marcador de geração só pode ser compreendido a partir da relacionalidade e nunca de modo a priori, fonte da qual compartilho e que opera como guia dessas páginas e de minhas leituras de campo.

Feixa e Lecardi concluem que a genealogia (ou a relações entre as gerações de uma mesma família) dá corpo ao tempo e materializa a experiência geracional. Conforme os autores, sua ideia de genealogia não busca as origens, mas sim o movimento, as conexões e as diferenças dentro da referência incorporada de tempo, tornando-o temporalidade. Sendo assim, a vivência e os contornos das gerações seriam dados antes pela genealogia e por relações pregressas com pessoas de outros tempos e idades, assim como também influenciaram as vidas de pessoas vindouras.

De fato, realizar um estudo geracional, sem dúvida alguma, significa estar preparado para analisar disputas, alianças, rupturas e continuidades de uma geração a outra. No entanto, talvez o fundamental não seja precisar os pontos de ruptura, superação ou morte de um grupo e ascensão de outro, mas, sobretudo, dimensionar de maneira cuidadosa e profunda as formas e intensidades assumidas pelas relações *que unem e, ao mesmo tempo, distanciam as gerações* (Tomizaki, 2010, p.329)

Para a socióloga brasileira Kimi Tomizaki (2010), que se dedicou a pensar a transmissão geracional entre trabalhadores do ABC Paulista, um dos principais processos que permeia a relação entre as gerações é a socialização. Em suas palavras, um ponto de encontro incontornável. Essa intersecção entre gerações aconteceria exatamente na transmissão de eventos, acontecimentos, coisas ou ideias. Naquilo que a autora chama de “transmitir/herdar” e às voltas com a herança transferida, seja ela material ou simbólica. Esse seria o processo de construção da intergeracionalidade, um ponto – segundo ela – pouco trabalhado por K. Mannheim. Conforme suas linhas, o autor teria se ocupado mais da historicidade e menos da relacionalidade; campo que, aos seus olhos e também aos meus, conforma o marcador de geração e tão somente *in acto*, ou seja, nunca de modo pregresso. Para realizar essa crítica, Tomizaki se inspira em Claude Attias-Donfut,

uma socióloga francesa que há muito tempo pesquisa envelhecimento, Estado de bem-estar social e famílias na França e que tem sido muito estudada no contexto brasileiro. Attias-Donfut (2000) também parte da premissa de que o estudo das gerações deve ser, antes e sobretudo, sobre a dinâmica entre as gerações. Daí a importância da intergeracionalidade enquanto conceito e aproximação teórico-metodológica para a compreensão dos desenhos de grupos geracionais e de suas relações com as conjunturas sociais e históricas.

O interessante é que na esteira de seu argumento as primeiras relações intergeracionais a serem analisadas são justamente as relações familiares e de parentesco, como me disponho a debater neste texto, pois os grupos de idade são expostos e socializados inicialmente nas famílias, em seus contextos mais domésticos que, por sua vez, reproduzem dinâmicas sociais mais amplas. Nesse sentido, para entendermos a conformação da ideia de geração importa antes (talvez) um olhar para as famílias, para a transmissão de saberes e de suas ideologias, para a circulação dessas heranças, já que “as gerações familiares nunca se encontram descoladas de realidade das gerações sociais ou históricas” (Tomizaki, 2010: 338), já que

... não se pode ignorar que este (o tempo) foi produzido também no âmbito familiar, por meio de processos de socialização específicos dessa instância socializadora, que são continuamente influenciadas pela ordem social, política e econômica vigente. (Tomizaki, 2010, p. 338)

Por esse prisma, o marcador de geração nunca está dado a priori ou de maneira estática, ele sempre se desenhará contextual e relacionalmente, em micro e macro relações que se relacionam a um só tempo. Daí a importância de sua investigação e descrição empírica. Só esse processo de desvelamento empírico de seus contornos é que, na verdade, nos dirá do grupo geracional. Por isso, importa sobremaneira a abordagem metodológica de aproximação para a sua compreensão.

Essa perspectiva relacional das gerações seria mais atual quando comparada às demais leituras aqui antes apresentadas. Interessa-nos nessa oportunidade refletir de modo bastante marcado sobre a intergeracionalidade, haja vista o desenho de minha investigação e seus achados etnográficos, a serem descritos a seguir.

Entre elas, mães e filhas.

Tudo junto e separado em processos de regulação da maternidade

Conheci Joana pouco antes da pandemia de Sars-Cov2 em um circuito de amigos que também tinham crianças pequenas sob os seus cuidados: seus filhos.

Eu havia acabado de me mudar para o Nordeste. Logo nos identificamos por conta de aproximações profissionais e por termos vivido na mesma cidade por um tempo de nossas vidas. Cidade essa que nos havia deixado boas recordações. Na época ela tinha uma filha com quase 2 anos de idade. Eu, um recém-nascido nos braços e um menino de 4 anos. Eu me lembro de ter comentado sobre minha nova pesquisa e dela ter se interessado em participar como uma de minhas interlocutoras. Eu lhe disse que era uma investigação sobre mães e filhas, mais especificamente sobre suas relações pessoais, de ajuda e de afeto, depois da maternidade das filhas; seus processos de transformação, aproximações e rupturas. Ela logo se interessou pelo assunto e me disse ter muito a contar. Essa reação, vale destacar, não foi nada incomum durante minha pesquisa de campo (2020-2022): as mulheres (as filhas) queriam falar sobre suas relações com suas mães depois de terem iniciado sua própria maternidade. O convite e o aceite ficaram postos naquela ocasião.

Em 2020 iniciei uma pesquisa sobre as relações entre mães e filhas, tomando a maternidade das mais jovens como um evento disruptivo em suas biografias, já que filhas se tornaram mães e mães se tornaram avós, entendendo-as, portanto, como um ponto de transformação desse encontro entre mulheres aparentadas. O projeto de pesquisa de meu pós-doutoramento junto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, intitulado “Entre mães que viram avós e filhas que viram mães: parentesco, geração e *mothering*” (2020-2023)¹, visava assim refletir etnograficamente sobre a tessitura do parentesco entre mulheres de uma mesma família. A princípio a ideia era realizar pesquisa de campo entre mulheres de uma mesma família na Paraíba, São Paulo e Brasília, mulheres essas de diferentes contextos e camadas populares. Ocorre com o advento da pandemia e necessário isolamento social, a pesquisa se tornou, assim como tantas outras, um trabalho remoto, uma pesquisa de campo realizada a partir de tecnologias de aproximação. Em meu caso, recorri a plataforma *Zoom* na maior parte dos casos, ou então ao *Skype*, quando as informantes de pesquisa assim preferiam, o que já denotava uma diferença geracional.

A pesquisa de campo foi realizada durante os anos de 2020 e 2021, por meio de entrevistas abertas e em profundidade, que partiam da pergunta sobre as alterações nas relações entre mães e filhas, depois das últimas terem se tornado mães. Em alguns casos, conversamos por mais de uma vez, aprofundado o nosso contato. As conversas duraram entre 2 e 3 horas, foram gravadas e depois transcritas

¹ Este projeto recebeu bolsa produtividade do CNPQ, conforme Edital 09/2020, Processo 315744/2020-0. Reitero aqui meus agradecimentos a essa importante instituição em nosso país. A pesquisa foi honrosamente supervisionada pela antropóloga Profa. Dra. Sonia Weidner Maluf.

e analisadas. Entrevistei 14 mulheres ao longo desse tempo, trocamos e-mails e mensagens de *Whatsapp* para sanar dúvidas ou enviarmos imagens. O convite – realizado entre março e maio de 2020, para a participação da pesquisa também foi feito digitalmente, por e-mail e *Whatsapp*, em minhas redes de contato de campo de pesquisas pregressas sobre maternidades. Dessa circulação as mulheres interessadas foram em escrevendo e fomos agendando nossos encontros. Por conta da aproximação ter se dado dessa forma, acabei dialogando com mulheres do Nordeste (Bahia e Paraíba), Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), Norte (Belém), Sul (Curitiba) e Centro-Oeste (Brasília). A pesquisa, no entanto, acabou adquirindo um recorte de classe, tendo se concentrado mais entre mulheres de camadas médias, por vezes camadas médias mais para baixas, em virtude do acesso ao celular e uma rede de internet que suportasse nossas longas conversas. Como era esperado e propósito da investigação, dialoguei com mulheres entre 30-40 anos e também entre 60-70 anos, tomando duas gerações de mulheres. Por vezes, consegui estar com mulheres de uma mesma família: mãe e filha. Mas nem sempre. Nesses casos, tomei somente uma geração daquela família, mas de modo a fazer a mulher falar sobre suas filhas, netas, mães e avós, em um franco exercício de rememoração.

Logo nos primeiros meses de remodelação da pesquisa, fiz contato com Joana, que já havia sinalizado interesse em participar, para dar seguimento ao trabalho de campo. Eu a procurei através de chamada telefônica em 2020, fiz o convite e agendamos a entrevista para começo do mês seguinte, por meio da plataforma *Zoom*. Numa tarde do mês de maio de 2020 passamos algumas horas conversando e depois complementamos nosso diálogo por troca de mensagens de *Whatsapp* e e-mails por um bom tempo depois. Soube depois de anos que Joana havia engravidado novamente e que havia tido dessa vez um menino. Nessa época, eu já não estava mais vivendo no Nordeste. Mas temos amigos em comum, que sempre nos atualizam da vida e dos acontecimentos uma da outra.

Joana é uma mulher branca, que naquele momento tinha 30 anos. Era casada, nasceu no Norte e morava no Nordeste do país há poucos anos. Era servidora pública e atuava no âmbito da educação superior. Havia vivido em outros estados do Brasil, mas ali se via radicada em um emprego fixo e bastante estável. Ela era uma mulher heterossexual, de classe média e mãe de uma menina pequena, de 2 aninhos. Logo que começamos nosso encontro, ela destacou o conflito com sua mãe e o relacionou com a sua própria maternidade:

Eu sempre quis ser mãe, mas não tive uma relação muito fácil com minha mãe. Ela fez escola pública e trabalhou em banco público, mas nega tudo que é público. É muito afetuosa e carinhosa, mas projetava em mim, uma mulher que não sou. Sou o oposto do que minha mãe desejou. Então,

quando Ana nasceu em casa, ela não soube. Nossa relação até o parto da Ana foi uma e depois mudou muito. Ela não dava conta das minhas escolhas e isso não me permitiu ter essa troca com relação ao parto (Joana, maio de 2020).

Conforme a conversa avançava, Joana costurava narrativamente as diferenças entre ela e sua mãe, tanto no que diz respeito à relação com seus corpos, quanto ao seu estilo de vida. Ela se destacava mais confiante em si mesma e pouco afeita às normas e convenções sociais. O interessante é que uma das justificativas para tantas divergências era justamente o aspecto geracional. Segundo ela, por serem de gerações diferentes, mãe e filha eram muito diversas.

Minha mãe é a geração da medicalização do corpo feminino. Essa avalanche de cesarianas no final de 1970 e começo dos anos de 1980. Não só pela incrementação da medicina, mas por conta da dimensão produtiva do capital. Para além desse parto, saía com leite artificial no colo. Então, minha mãe não me amamentou. Ela disse que não teve bico.

Nossas opiniões sempre foram muito diversas. Uma de nossas diferenças sempre foi o fato dela se adequar ao mainstream. Minha mãe teve que trabalhar tanto que se focou no outro. Minha mãe é super vaidosa. Ela tem um pensamento, uma crença que acho que é dessa geração: de uma certa meritocracia. Quer ter as coisas (Joana, maio de 2020).

Curioso é que – segundo o seu modo de organizar o pensamento – as diferenças geracionais as afastaram, mas também lhe possibilitara ser quem ela era. Graças ao fato de sua mãe trabalhar muito, menciona ter tido condições de estudar, adquirir conhecimento e assim questionar determinadas convenções sociais. Em sua leitura, o conforto financeiro lhe trouxe também estrutura emocional para criticar o que lhe era imposto externamente.

Ela me deu tanto conforto que tive a estrutura de questionar e problematizar. Eu reconheço isso. Eu não quis compartilhar do parto, pois ela é muito medrosa, altamente medicalizada. Ela atribui ao saber médico a autoridade, desacredita do corpo feminino. Nem a minha mãe me teve de parto normal. Minha avó teve ela de fórceps. Eu venho de uma linhagem de mulheres que não tem estrutura de ter parto normal (Joana, maio de 2020)

Depois do nascimento de sua filha, o que para Tina Miller (2005) é um “acontecimento disruptivo” na vida de uma mulher, o modo como Joana passou a olhar para sua mãe e a organizar sua narrativa se transformaram. Ela teve um pós-parto

muito difícil, precisou de ajuda médica por conta de intensa anemia e pressão baixa, assim como Ana, sua filha, que não conseguia mamar logo que nasceu, também precisou de assistência médica. Entre muitas idas e vindas ao hospital, comentou que, quando sua mãe chegou em sua casa para ajudar, aquele foi *o abraço que precisava. Tudo se resolveu ali*. Ela se deu conta da importância do cuidado que sua mãe passou a oferecer a ela, seu companheiro e para a bebê recém-nascida. Naquele encontro, julga ter nascido como mãe, mas também como filha.

O colo da mãe é independente de todas as nossas opções. Ela me pariu, mesmo com bisturi do médico. Ela me fez existir, porra. Talvez ela não pudesse mesmo me amamentar.

Como eu não era. Esse foi o meu nascimento como mãe. No colo dessa mãe que eu também neguei. Era como se nascêssemos de uma outra relação. Nasceram duas mães ali: Eu nasci e ela para mim (Joana, maio de 2020).

E ao final de nossa conversa Joana menciona que também sua mãe parece ter lhe visto de um outro modo, ao tornar-se mãe. Em suas palavras, a mãe teria passado a lhe elogiar como mãe, exatamente na diferença entre elas, pelo fato de Joana ter parido naturalmente e amamentar sua filha. Experiências corporais que sua mãe não teve e que a teriam feito vê-la de outro modo.

Ela não me reconhece como professora. Mas vem e me reconhece nesse lugar de mãe. Ela me mandou uma mensagem depois de 25 dias me elogiando. Pela primeira vez e em um lugar que não era o dela: pari em casa e amamentei. Isso foi muito importante (Joana, maio de 2020).

Catarina, uma das outras mulheres com as quais estive durante minha pesquisa de campo, conheci um pouco antes de Joana. Ela chegou até mim por Rosa, sua própria filha. Rosa havia recebido o convite para a participar da pesquisa que eu havia enviado para muitos grupos de discussão sobre parto e de maternidades, mas também para antigos contatos de campo de pesquisas anteriores nos primeiros meses de 2020. Catarina é uma mulher branca, de 65 anos, também de classe média, divorciada e casada pela segunda vez, avó de três crianças e moradora de uma grande cidade no Sudeste. É socióloga de formação e servidora pública, instituição em que trabalha inclusive como pesquisadora. Conversamos por horas também pelo *Zoom* e depois (em outra data) pude também conversar com sua filha, Rosa. Rosa não queria que o nosso encontro acontecesse na presença de sua mãe e que fossem entrevistadas separadamente. *Olhe ainda bem que era para conversar*

separadamente, pois não dá para falar certas coisas na frente da nossa mãe, né? (Rosa, junho de 2020)

Catarina teve duas filhas, que nasceram com dois anos de diferença (1979 e 1981): Rosa e Tatiana. Ela não descreve os seus partos como prazerosos e tampouco satisfatórios. Contou-me que sua primeira filha nasceu de fórceps e que a criança precisou permanecer numa incubadora no hospital por um tanto de tempo. Ela disse que *foi um parto estranho, pois não viu a menina nascer. Estava anestesiada*. Em seu segundo parto, o bebê estava sentado em seu ventre. Então, logo lhe agendaram uma cesárea. Como a anestesia não pegava, Catarina recebeu anestesia geral e mais uma vez não viu sua segunda filha nascer. Por isso, diz que seus partos *foram estranhos*. Ela faz questão de destacar que nunca teve uma boa relação com sua mãe e que o seu foco de afeição sempre foi sua avó paterna.

Minha mãe sempre foi uma mãe muito rejeitadora. Ela estava o tempo todo desprezando a condição de mãe. Ela era muito anti-mãe. Nunca deu valor ao parto, gestação e amamentação. Ela acha isso muito burguês (Catarina, abril de 2020).

Quando era bem pequena, seu pai que era artista plástico recebeu um prêmio e, por isso, foram viver em Paris. Lá ele ficou muito doente e lhe colocaram em uma instituição para crianças, uma espécie de internato, pois não tinham como lhe cuidar enquanto viviam a doença de seu pai. Essa história, no entanto, é um tanto velada por sua família, pouco se versa sobre essa passagem e tais acontecimentos, ainda que Catarina tenha ciência do vivido. Em que pese ter descoberto esses fatos, comenta que sua mãe se recusava a falar de modo geral sobre sua infância. Ela sempre lhe dizia que não queria contar ou que não tinha nada para contar. Catarina, em nossa conversa, construiu uma narrativa em que sua mãe era uma mulher oscilante, volúvel, independente, de esquerda e pouco afeita a maternidade. Em suas palavras mais exatas, *uma anti-mãe ou rejeitadora da figura materna*. Faz questão de frisar que o afeto e o carinho que recebeu vinham de suas avós, mulheres que, por sua vez, se referiam ao casamento e o sexo como um verdadeiro sacrifício. *Minha mãe viajava e me deixava com ela. Ela (avó materna) teve um casamento horrível. Ela falava de sexo como sacrifícios do casamento. Eles se separaram e minha avó ficou sozinha (Rosa sobre a avó materna, Berenice).*

Sua avó materna ajudava muito sua mãe nos cuidados com as filhas, mas também protegendo-a da polícia e do golpe militar ou, depois, sempre lhe ajudando com dinheiro. O conflito entre mulheres em sua família se concentrava mais entre sua avó materna – Berenice – e sua bisavó – Alzira. Entre elas sim havia muita rusga. Nas palavras de Catarina, Alzira era uma mulher muito feia, que havia se

casado 5 vezes e havia ficado viúva em todas elas. Catarina a achava horrorosa e a temia quando era pequena. Para ela, a avó *devia ter muito borogodó*, pois ainda que muito feia, havia se casado muitas vezes.

Ela era uma figura. Eu a detestava, achava ela horrorosa e desagradável. Minha mãe se dava muito bem com ela. Essa coisa de gerações cruzadas.

*Entre Alice e Alzira. Minha avó se sentia abandonada, achava que a irmã dela morreu de tuberculose. Era muito aut centrada, assim como minha mãe. Por isso, digo dessas **identificações cruzadas**. (Catarina, abril de 2020, grifo meu).*

Sua primeira gestação foi tranquila. Mas, com o nascimento da segunda filha, se viu muito atordoada e sem apoio no cotidiano com duas filhas pequenas para criar e as voltas com sua vida pessoal e profissional. Ela se sentia muito angustiada e sozinha. Era final dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980 e haviam divergências familiares quanto às orientações de como maternar:

Minha mãe não ajudava. Minha mãe era muito dura. Minha sogra era extremamente amorosa. Foi uma mãe para mim a minha vida inteira. Expressava carinho e me protegia. Porém, muito mais invasiva sutilmente. Ela ajudava demais (risos).

Nas primeiras noites, eu dava mama e ia dormir. Ela colocava para arrotar.

As crianças amavam ela. Ela como avó foi muito mais presente do que eu consigo ser hoje.

Minha mãe já dizia o contrário. Ela dizia: “cuidado, muito colo faz mal” (Catarina, abril de 2020)

Catarina fez questão de destacar que tinha muitas angústias quando se tornou mãe e as atribui ao fato de não poder dormir e de ter raiva por não conseguir seguir o *manual da boa mãe da época*. Ela conta que quando sua filha mais nova nasceu, sentia que a mesma havia saído de seu corpo, mas que parecia seguir com ela, numa mistura e confusão de quem era a mãe e quem era a filha, tamanha a sua aflição. Havia uma diferença entre como me narrava a relação com a filha mais velha e com a filha mais nova. Com a caçula havia mais empatia e isso parecia se dever ao fato de terem tido partos e modos de cuidar dos filhos muito semelhantes, algo que definitivamente não se deu com a filha mais velha (Rosa), com quem divergia e quem sempre se afastou emocionalmente da mãe. Essa é Rosa, a sua filha

distante. Mas que curiosamente trouxera a própria mãe para o universo dessa minha pesquisa sobre mães e filhas. Curiosamente ou não.

Catarina contou-me que sua filha mais nova, Mariana, teve 3 filhos e que seu primeiro parto foi uma cesárea, assim como o seu. Segundo ela, o parto da filha foi muito parecido com seu, pois *nada foi questionado. O que médico disse, aconteceu*. Já a caçula Rosa escolheu por um parto domiciliar, em casa, e a mãe a princípio ficou muito assustada. Rosa não quis Catarina no momento de seu parto. A avó só soube do nascimento de Lucas depois de um tempo e só o viu depois de alguns dias. Quando lhe perguntei como havia se sentido com essa situação, Catarina comentou-me:

Eu me senti um pouco rejeitada. Com o tempo fui entendendo essa mudança toda. O parto era um momento dela. Eu custei a entender essa cadeia de conexões. Quando entendi isso, entendi perfeitamente. “Era um momento dela” (Catarina, abril de 2020).

Sua filha mais nova teve mais dois filhos, que também nasceram em casa. Essa filha a incluiu mais em seus planos e nos acontecimentos de sua vida familiar. Enquanto Rosa não lhe parecia interessada em sua experiência de parto e de maternidade, a primeira filha Mariana já lhe chamou para participar do parto que teve em casa. Catarina se lembra de ter sido ela a pessoa que limpou todos os lençóis e panos sujos de sangue depois do nascimento de seus netos. Essa filha, a mais velha, teve dois partos naturais depois de uma cesárea, enquanto que, na geração de Catarina, como ela mesma comenta, havia uma crença de que: *uma vez cesárea, sempre cesárea*. Premissa essa que na geração de suas filhas não parece mais vigorar com tanta força.

A minha mãe era uma mãe muito autoritária. Não podia ver televisão, pois era burguês. Era uma mulher de esquerda e do partidão. Cheia de regras. Rosa repete isso, não pode comer doce, televisão, tela ... cria conflitos. Devo ter feito isso, mas com outros marcadores. Eu acho que as crianças precisam ser mais livres. Pode pegar doce de leite na geladeira. Não demonizar a tela. Tem muita contradição. (Catarina sobre sua filha Rosa e semelhanças com sua mãe, abril de 2020)

Vi-me durante minha pesquisa de campo em situações muito semelhantes às que foram encontradas e descritas nas etnografias de Maria Isabel de Almeida (1986) e de Myriam Lins de Barros (1986), que tiveram pesquisas realizadas na cidade no Rio de Janeiro, também com mulheres de camadas médias de uma mesma família. Elas, assim como Palomo (2013) na Espanha e Batthyany (2020) no Uru-

guai, organizaram as mulheres em três gerações: primeira, intermediária e última geração. Elas eram as das avós, das mães e a das filhas. As avós eram mulheres nascidas ao redor dos anos de 1930, as mães nos anos de 1950 e as filhas entre os anos de 1970-1980. Segundo essas antropólogas, ainda que suas pesquisas tenham acontecido em tempos e espaços diversos, nas primeiras gerações estavam, de modo geral, as mulheres sem instrução formal, dedicadas ao casamento e aos filhos, com pouca conexão com o próprio corpo e que pouco questionavam a ordem dada das coisas. Nas gerações intermediárias se encontravam as lutas e os conflitos, foram as gerações que mais travaram embates contra a ordem imposta, foram as mulheres que experimentaram o divórcio, adquiriram independência financeira, maior instrução formal e as que fizeram uso da pílula anticoncepcional. Nas últimas gerações as mulheres estariam mais atravessadas por maternidades intensivas e reflexivas, mas também pela instabilidade econômica, seriam elas as das mulheres donas de seus corpos, cujas experiências de parto e maternidade eram *as mais naturais*, quando comparadas às de suas mães, mas que, em que pese terem educação formal, eram as que não contavam com estabilidade econômica. Não foi incomum nesses trabalhos encontrar mulheres dessa geração que ainda viviam ou haviam voltado a viver na casa dos pais e que deles haviam voltado a depender economicamente (Attias-Donfut, 2000).

Para os propósitos deste artigo, gostaria de me concentrar nos conflitos geracionais entre essas mulheres, que muitas vezes tentam se diferenciar uma das outras, negando-as ou tentando viver de outro modo. Nesse sentido, as narrativas de Joana – ao falar sobre sua mãe – e de Catarina – ao falar de sua filha, não são nada incomuns. Não foram incomuns nos trabalhos de Barros (1986) e de Almeida (1986), bem como de Batthyany (2020) e Palomo (2013), assim como durante minha investigação entre os anos de 2020-2021. Por isso, aqui tomei tais etnografias produzidas em tempos e lugares diversos, haja vista poderem funcionar como baliza teórica, mas também possibilidade de interpretação de meus próprios achados de campo. Em que pese serem datados de outras décadas, entendo-os valiosos, posto que ainda atuais a partir do que desvelaram minhas entrevistas em profundidade.

Em muitas situações, a geração intermediária – a das mães ou das mulheres que se tornaram mães entre 1970 e 1980 – foi denominada por suas filhas como *medicalizada, desconfiada de seus corpos e voltada ao trabalho*, quando não *fria, pouco materna e não carinhosa* (Carneiro, 2022). Enquanto as filhas – a última geração – como a de Rosa, foram construídas por suas mães *como radicais, naturebas/naturalistas, indecisas, inseguras profissionalmente*, ora vistas como boas mães, ora vistas como mães *dedicadas demais*.

Dessa forma, ao serem narradas umas pelas outras, são construídas enquanto gerações de mulheres e de mães de modo eminentemente relacional, pois são teci-

das enquanto pessoas a partir das experiências daquelas que narram: suas mães e suas filhas. Vale dizer que as narrativas aqui são compreendidas como modo de organizar e simbolizar o vivido, a partir dos cortes e das escolhas do narrador/da narradora, tomando como inspiração o trabalho de Sonia Maluf (2010) sobre as histórias de embruxamento na Ilha de Florianópolis. Nesse sentido, são fragmentos, recortes e reconstruções discursivas do vivido atravessadas de maneira intensa sobre a visão daquele que narra. Neste trabalho, não as tomamos como verdadeiras, pois procuramos a partir delas compreender como o pensamento se organizou, quais os objetivos, as presenças e as ausências que lhe foram propositalmente impostas.

Desse modo, as mulheres descritas nessas conversas, as mães, as filhas e as avós foram criadas e inventadas (Wagner, 2010) por mulheres de suas próprias famílias, em contraposição ou em semelhança às narradoras, como mulheres mães e *trabalhadoras dentro ou fora de casa*. Nesse jogo narrativo, as avós foram acionadas como *as mulheres carinhosas e de afeto*, para explicar a ausência dessas qualidades nas mães – suas filhas, as da geração intermediária-, bem como para anunciarem como se sentem as filhas ou suas netas ao terem esse afeto na memória. Ou seja, é muito difícil pensarmos em características de gerações estanques ou bem delimitadas, mas ao contrário, como pontua Attias-Donfut (2000), é preciso pensar antes na intergeracionalidade e em seus “efeitos geracionais”. Eu diria, em um contínuo que só consegue significar experiências ao longo do tempo a partir das mulheres de antes, de ontem e de hoje.

Ao meu ver, o mesmo acontece com os processos de regulação da maternidade. Eles se atravessam e atravessam os tempos, significando uns aos outros, em adensamento ou dissolução. Tomo aqui a ideia de regulação como sinônimo de moralização ou de moralidades maternas, regras de conduta a respeito do mater-nar. Nesse sentido, as moralidades maternas funcionariam entre essas mulheres por continuidade, semelhança ou então oposição, mas sempre em relação. Dagmar Meyer (2005) e Claudia Fonseca (2009) falam em *moralização da maternidade* ou *moralidades maternas*, que são processos que modulam ou regulam as práticas de mater-nar. Ao olharmos para as histórias de Joana, de Catarina e de Rosa, nos vemos diante de ideias de boa mãe que circulam e são questionadas por elas, cada qual em seu tempo e a partir de suas referências. Segundo Joana, por exemplo, sua mãe passou a lhe reconhecer como mãe, e como uma boa mãe, quando muito diferente de si mesma, a sua filha dá à luz naturalmente e amamenta a sua neta. Enquanto Catarina, bem ao contrário, julga e questiona a dureza da maternidade de sua filha Rosa, que não admite telas e açúcar na vida de seu neto.

Catarina salienta em nossa conversa que prefere ser acionada para ajudar, ao invés de se intrometer. De mesmo modo, reconhece a si mesma como uma mãe que

não é do tato e do carinho físico, em que pese tenha sentido falta disso quando relacionada à sua mãe. Viver uma gestação e partos naturais, estar dedicada integralmente à criação dos filhos, ou oferecer leite em pó e passar por uma cesariana são modelos de maternidade operantes em distintos tipos da sociedade brasileira. Mas muito mais do que isso, aos meus olhos, são experiências que afetam as relações entre mães e filhas, quando ambas maternam e maternaram; operam como espelhos e contra-espelhos, que podem afastá-las ou aproximá-las, a partir da troca ou da ausência de trocas de informações entre essas mulheres de gerações diversas. Afinal, permanecer para cuidar dos filhos ou para cuidar das mães, como vimos em *Alegrias da Maternidade* (2018) e *As maravilhas* (2022), é mais um mandato estabelecido nesse universo relacional de cuidados e que direciona os modos de maternar, que oscilam nos tempos e nos espaços.

Alfonsina Robles (2015) discute os processos de regulação da maternidade com relação às gestantes adolescentes, já que as mesmas – de saída – são consideradas pelos profissionais de saúde e agentes comunitários do Recife como *gestantes de risco*, pelo simples fato de serem adolescentes e serem assim tomadas como biológica e psiquicamente despreparadas e perigosas para os seus filhos. Nubia Guedes (2020) e Morgana Morais (2022) também abordam esses processos de controle da maternidade na Paraíba. No primeiro caso, com relação às mães presas no Presídio Feminino Julia Maranhão, que representam o avesso da mãe, já que criminosas e alheias aos seus filhos. Em sua etnografia sobre os dias de domingo na cadeia, Guedes nos mostra como as mães ali presas são julgadas interna e externamente ou então usam de sua maternidade para terem acessos aos serviços dentro da instituição antes impensáveis. Morais (2022), em sua etnografia com avós envolvidas com os cuidados de seus netos, discute o protagonismo dessas mulheres na atualidade, quando são destacadas ou convocadas a proverem o sustento e os cuidados de seus netos em momentos em que suas filhas e mães das crianças não dão conta. Para isso, explora a ideia de avoternagem e o compromisso geracional que essas mulheres sentem que precisam/devem honrar com relação às gerações de sua família que veem depois delas. As avós são assim eternamente responsáveis e uma espécie de “mães duplas”, já que cuidam dos netos para também cuidarem de suas filhas, que nesses casos estavam encarceradas ou tiveram seus filhos muito precocemente, no caso das adolescentes. Desse modo, pode-se dizer que a regulação da maternidade não termina ou começa em determinada geração ou recorte temporal. Ela atravessa gerações, também em um contínuo, em que filhos e netos funcionam como os pivôs dessas relações de cuidado que se estendem e se confundem. Nesses jogos, as filhas muitas vezes nem questionam os modos como avós cuidam, pois já estão a fazer muito por elas. Em outras, ainda assim, indagam e pedem que seja feito de outro modo. Como comentou Catarina

sobre sua filha Rosa, que lhe dizia como cuidar do neto quando o mesmo fica em sua casa.

O importante é compreender que tais processos de regulação da maternidade acontecem ao léu da vontade das mulheres, já que muitas vezes veem de discursos médicos, religiosos e estatais-governamentais e que, em outras tantas vezes, são inclusive alimentados por embates geracionais, quando mães e filhas funcionam como os próprios agentes de reprodução dessas moralidades externas a elas. Aqui costuramos conclusões de etnografias realizadas entre mulheres periféricas e de camadas populares, bem diversas da por mim empreendida entre 2020-2021. No entanto, tomá-las nos ajuda a adensar a compreensão da construção e perpetuação de moralidades maternas que regulam as práticas de mulheres que cuidam.

Durante minha etnografia, deparei-me com muitas filhas que julgavam e responsabilizam suas mães por suas mazelas e que assim construía a figura da mãe insuficiente, desviante ou incompleta. Da má mãe, conforme os seus padrões e expectativas de carinho e de afeto, muitas vezes operantes com outros desenhos nos tempos em que viveram suas mães. Em outras vezes, vi-me também com as mães que julgavam suas filhas, pelos seus excessos de maternidade e controle, como Catarina fez com Rosa, como anunciado aqui já algumas vezes, ao acreditar que a maternidade da filha era pesada, que sobrecarregava as crianças, a ela mesma e a todos os que gravitam ao redor de seus filhos. Essa maternidade, segundo ela, *apegada, intensiva e consciente* defendida sobretudo dos anos 2000 para os dias atuais.

Pactos geracionais rompidos e quebras da regulação materna

Segundo o sociólogo Jens Qvtroup (2010), o “pacto geracional” é uma forma tradicional de contrato não escrito sobre como são distribuídas as obrigações e recompensas ao longo das gerações. Em sua interpretação, esse pacto garantiu até o século XIX a manutenção das redes de cuidado no começo e no fim da vida e, assim, o interesse no ato de cuidar uns dos outros. Com o advento do capitalismo, da vida urbana, ideologia familiar e da transição demográfica, o que o autor chama de solidariedade geracional se viu bastante ameaçada. Em suas linhas, a própria motivação para a descendência deixou de existir. Se antes havia um interesse, inclusive econômico, na manutenção dessas relações de cuidado; com a privatização moderna da reprodução no âmbito da familiar nuclear, o contrato geracional se viu notadamente ameaçado (e assim o é, até hoje). Baseando-se em estudos demográficos, assevera que o fluxo de riquezas entre gerações tornou-se negativo e ter filhos passou a não ser mais uma garantia econômica, como era quando as crianças podiam trabalhar e deveriam cuidar de seus pais ao envelhecer. Em tese,

não são mais as crianças que devem prover o final da vida de seus pais, mas sim o sistema de aposentadoria dos Estados capitalistas e, assim, as gerações anteriores as daqueles que envelhecem. Nesse sentido, o sociólogo pontua:

A reciprocidade intergeracional, que até então era bem compreendida, tornou-se obscura: as transações econômicas não ocorriam mais dentro do sistema familiar ou de parentesco, mas de uma forma despersonalizada entre as gerações, em nível da sociedade mais ampla (o chamado sistema de contribuição previdenciária) (Qvtroup, 2010, p. 35).

Aos seus olhos, os pais investem atualmente na educação e na criação de seus filhos, mas quem fica com esse investimento ao final é o mercado e não mais as famílias extensas, como antes se via ao terem a força de trabalho infantil revertida para o negócio das famílias. Dessa feita, economicamente não nos interessaria mais ter filhos hoje em dia, já que tampouco a garantia de que seremos cuidados pelos mesmos ao envelhecer teremos e temos. O autor detalha o que entende ser um pacto geracional. Um pacto que se tornou um contrato com/no advento da sociedade moderna ocidental. Ocorre que, ao olharmos para cotidianos como os nossos, de países marcados pela desigualdade social e com Estados de bem-estar social enfraquecidos e inoperantes como no Brasil, é muito difícil falar em contrato geracional efetivo, já que o Estado falta e desprotege. Para muitas famílias, não resta opção de cuidado com o começo e o fim da vida, a não ser o modelo arcaico dos pactos geracionais. Aliás, penso com certa segurança que os mesmos nunca deixaram ou deixarão de existir, já que talvez seja essa relação de troca/dádiva fundante da vida social: o cuidado com e entre quem nasce, cresce e morre. Ocorre que, como bem vimos, enquanto pacto essa relação também onera, pesa e obriga e – por consequência – faz romper, esgarçar e nos vemos diante da necessidade de reinvenção da vida social.

No caso das relações entre mães e filhas vistas ao longo de minha pesquisa, percebi a presença dos “pactos geracionais” e dos acordos não ditos, que fizeram com que as avós dos trabalhos de Guedes (2020) e de Moraes (2022) se fizessem responsáveis por seus netos, filhos de mães presas e das mães que não conseguiriam criar sozinhas os seus filhos. Expectativas de cuidado e sobre modelos de maternidade que apareceram também nos escritos de Buchi Emecheta (2018) e Alfonsina Robles (2015), com as figuras da *mulher completa e mãe de risco*. Contudo, tal peso, prescrição social e constante transformação da vida social, também contribuíram para que tais pactos fossem rompidos, rasgados e frustrados.

Nnu Ego cuidou para ser reconhecida, pela mesma razão teve filhos, mas morreu sozinha, sem ninguém a lhe amparar. O círculo da reciprocidade não se

completou ou se viu rompido, quebrado. Alícia, personagem de Elena Medel, também não voltou para cuidar de Carmen, sua mãe que vivia no interior da Espanha; assim como Carmen – como filha – foi abandonada por sua mãe Maria, quando a mesma foi viver em Madrid.

Catarina também foi deixada por sua mãe em uma instituição para crianças em Paris por um tempo em que a mesma não podia lhe cuidar; já Rosa e Joana não quiseram suas mães (Catarina e Marlene) por perto ao parirem seus filhos, pois entendiam-se muito diferentes de suas mães. Em muitos desses processos, nos vemos diante de quebras dos pactos geracionais, do não desejo do cuidado, da negativa dessa obrigação/expectativa. Essas mulheres – mães e filhas – fugiram da regra, não sem custos e sem pesos, mas romperam com o esperado da boa mãe e da boa filha. Por muitas razões pessoais e sociais rejeitaram certas regulações de maternidade e também seu amor filial. Essas quebras abalaram estruturas familiares e também sociais, haja vista romperem com ânsias de reciprocidade que organizam a vida social como um todo.

O interessante é que tais rupturas muitas vezes advém dos próprios processos de regulação social da maternidade e podem acontecer entre/nas gerações de mulheres de uma mesma família. Nas últimas duas décadas vimo-nos diante do crescimento significativo do ideário de uma *maternidade com apego, consciente e ativa* debatida por mim em outras ocasiões (Carneiro, 2019; 2021; 2022). Esse modelo que se ancora paradoxalmente na ideia de natureza e de instinto materno, mas também na neurociência e expectativas neoliberais de desenvolvimento infantil, tem funcionado como ponto de inflexão nas relações entre mães e filhas e as diferenciado nos modos de cuidar, gestar, parir e cuidar. Desse modo, modelos de puericultura modernos e contemporâneos ditados por discursos médicos, econômicos e políticos têm contribuído para rupturas de acordos geracionais, fazendo com que mães e filhas rompam relações de cuidado umas com as outras. Ou porque se diferenciam e divergem em relação ao como cuidar, ou porque não desejam para si mesmas os papéis sociais assumidos por suas avós e mães. Se as avós podem se fazer cargo de seus netos para cuidarem de suas filhas presas, pobres e solitárias, por vezes as mães não querem cuidar e abandonam, assim com suas filhas em gerações posteriores.

Considerações Finais

Este artigo se dispôs a refletir sobre as regulações da maternidade através e entre as gerações de mulheres de uma mesma família, partindo dos dados etnográficos de uma pesquisa recente de minha autoria (2020-2021). Tomando os achados

de campo foi possível concatenar acontecimentos particulares da investigação às obras literárias que recentemente destacaram as moralidades maternas e relações entre mães e filhas (Emecheta, 2018; Medel, 2022). Nesse sentido, a literatura em suas verdades e entranhas foi e tem sido uma grande aliada para a interpretação das experiências que me são narradas.

Os conflitos, as frustrações e as rupturas entre mães e filhas são muito mais comuns do que se poderia imaginar e mobilizam muitas mulheres ao redor do tema, que se reconhecem a partir desse universo de dissonâncias. Para discorrer sobre ele, mergulhei no debate sobre geração, mas mais especificamente sobre intergeracionalidade, solidariedade geracional, pacto geracional e suas quebras. Para a partir disso tematizar os processos de regulação da maternagem ao longo dos tempos e em entre-tempos. Vimos ainda que muitos pontos merecem um aprofundamento mais detido em outros artigos, como, por exemplo, de que formas a regulação da maternagem afeta, conforma e desfaz as relações de parentesco e as noções de família. O interessante, no entanto, é que essas moralidades maternas ao mobilizarem família e pactos de cuidados entre mulheres, também produzem a ideia que temos de geração, que nunca é dada a priori, mas de modo contextual, durante a pesquisa de campo e a partir do verificado naquele lugar em especial.

Esse processo de conformação das famílias, do parentesco e da ideia de geração não se dá somente numa mão, já que também – em outro sentido – essas relações familiares entre mulheres que herdaram e transmitem (Tomizaki, 2010) entre si também desenham os graus de moralização de suas práticas de maternidade. Dessa feita, os discursos que ditam como gestar, parir e cuidar dos filhos são produzidos pela biomedicina, pelo Estado neoliberal, mas também a partir dos pactos celebrados no mundo íntimo da família, atravessados por dinheiro, interesses e amor, tudo a um só tempo. Em última medida, o esforço foi problematizar como e o que pensamos sobre o marcador de geração a partir do que os conflitos entre mães e filhas podem gerar, já que no limite são essas quebras e injunções familiares que desenham e são desenhadas por gerações em continuidades e dissoluções, muito além do tempo cronológico ou de status adquiridos rigidamente. Refletir sobre geração é um jogo complexo do qual participam muitas instâncias e agentes da vida vivida. Durante suas histórias de vida, algumas mulheres ficam e repetem, outras abandonam e inovam. Práticas se repetem ou não, o importante é que isso me parece se dar muito mais em um contínuo relacional do que em fases separadas e diversas.

Enviado: 15/05/2023

Aceito: 20/10/2023

Referências bibliográficas

- ATTIAS-DONFUT, Claudine. 2000. Rapports de générations: transfert intrafamiliaux et dynamique macrosociale. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 41, n. 4, p. 643-684.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. 1986. *Maternidade. Um destino inevitável?* Rio de Janeiro: Editora Campus.
- ANGELOU, Maya. 2016. *Mamãe & Eu & Mamãe*. Florianópolis: Ed. Rosa dos Tempos.
- BARROS, Myriam Lins de. 1986. *Avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BATTHYÁNY, Karina, SCAVINO, Sol, & PERROTTA, Valentina. 2020. Cuidados Infantiles y Trabajo Remunerado en Tres Generaciones de Mujeres Madres de Montevideo: Los Recorridos de las Desigualdades de Género. *Dados*, vol. 63, n.4, p. 1-37.
- BRITTO, Alda. 2010. A família multigeracional. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, abr.-jun p. 435-458.
- BRUM, Eliane. 2011. *Uma Duas*. Porto Alegre: Ed. Leya.
- CARNEIRO, Rosamaria. 2019. Dilemas de uma maternidade consciente: a quantas anda a conversa dos feminismos com tudo isso?. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, vol 5, n. 4, p. 181-198.
- _____: 2021. Cartas para mim ou sobre mim? Notas autoetnográficas de um puerpério não silenciado. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v. 37, p. 1-33
- _____: 2022. “A gravidez de menina nos coloca muito no espelho”: tramas, parentesco e intergeracionalidade. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 9, n. 17, p. 1-17.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. 2011. Geração, fratria e gênero: um estudo de mandato transgeracional e subjetivação diferencial. *Trivium – Estudos Interdisciplinares*, vol, 3, n. 1, p. 1-19.
- EMECHETA, Bucchi. 2018. *Alegrias da Maternidade*. Porto Alegre: Editora Dublinense.
- FEIXA, Carles.; LECCARDI, Carmem. 2011. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Sociedade e Estado*, vol 25, n. 2, p. 185-204.
- FEIXA, Carles. 1996. “Antropología de las Edades”. En: PRAT, J. y A. MARTÍNEZ (eds). *Ensayos de Antropología Cultural*. Homenaje a Claudio Esteva-Fabregat, Barcelona, Editorial Ariel, S.A.. Pp. 319-335.
- FONSECA, Claudia. 2009. Abandono, adoção e anonimato: questões de moralidade materna suscitadas pelas propostas legais de “parto anônimo”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 30-62.
- GUEDES, Nubia. 2020. *Maternidade compartilhada e crianças encarceradas:*

- etnografando o dia de domingo em um presídio*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB.
- KINCAID, Jamaica. 2020. *A autobiografia de minha mãe*. Rio de Janeiro: Ed. Companhia das Letras.
- KROPF, Laura. 2010. Apuntes conceptuales para una antropología de la edad. *Avá – Revista de Antropología*, Misiones, n. 16, enero-julio, p.171-186.
- MANNHEIM, Karl. (s/d). “O problema das gerações” [tradução: Maria da Graça Barbedo]. In.: _____. *Sociologia do conhecimento*, Vol. II, Porto, RES-Editora. Pp. 115-176, [1928].
- MALUF, Sonia. 2010. *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Florianópolis: Editora Rosa do Ventos.
- MEDEL, Elena. 2022. *As maravilhas*. São Paulo: Todavia.
- MEYER, Dagmar 2005. E. Estermann. Uma politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Revista Gênero*, v.6 n.1, p. 81-104. Disponível via: <<https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/02112009-120724meyer.pdf>>. Acesso 15 de maio de 2023.
- MILLER, Tania. 2005. *Making sense of motherhood : a narrative approach I* Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 0 521 83572 0 (hb : alk. paper) – ISBN 0 521 54364 9
- MORAIS, Mohana. 2022. *Os ciclos do cuidado: Costurando olhares sobre a relação entre avós e netos*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB.
- PALOMO, Maria Teresa Martín. 2013. Tres generaciones de mujeres, tres generaciones de cuidados. Apuntes sobre una etnografía moral. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, Vol. 31, n.1, p.115-138.
- QVORTRUP, Jens. A volta do papel das crianças no contrato geracional. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 323-332.
- ROBLES, Alfonsina Faya. 2015. Da gravidez de “risco” às “maternidades de risco”. Biopolítica e regulações sanitárias nas experiências de mulheres de camadas populares de Recife. *Physis: Revista De Saúde Coletiva*, vol. 25, n. 1, p. 139-169.
- SIMMEL, Georg. 2011. O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, p. 568-573.
- TOMIZAKI, Kimi. 2010. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. *Educação & Sociedade*, vol. 31, n.111, p. 327346.
- WAGNER, Roy. 2010. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac& Naify.
- WELLER, Wivian. 2010. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, vol. 25, n. 2, p. 205-224.